

QUE É MESMO AMÉRICA LATINA?

César Garcia*

O compositor checo, Antonín Dvorák, viveu seus últimos dias em Praga, morrendo em 1904. Antes, porém, foi diretor dos conservatórios de Nova York. Seu entusiasmo com o clima ali reinante, de construção a largos passos de uma nova civilização, levou-o a compor imponente peça à qual deu o nome de *Sinfonia do Novo Mundo*. Com isso, ele traduzia a percepção dos europeus, para quem, esta parte do planeta passou a ser conhecida nos últimos anos do século XV e início do século XVI pelas narrativas de diversos navegadores, embora, para seus habitantes, este imenso continente já fosse conhecido há muitos milhares de anos. Já naqueles tempos, em 1507, o geógrafo alemão Martin Waldseenmuller propôs a adoção do nome América para o continente “descoberto”, homenageando o navegador florentino Amerigo Vespucci a quem atribuía a confecção do mapa *Mundus Novus*. Embora as viagens de Vespucci tenham se concentrado nas costas brasileiras, quem acabou se apropriando do nome América, mais do que ninguém, (pudera!) foi o país que veio a ser posteriormente a maior potência econômica e militar do mundo: os Estados Unidos.

Com o avanço do conhecimento por parte dos geógrafos, o continente foi dividido em América do Norte, América Central e América do Sul. As ilhas que formam o grande arquipélago situado em frente à América Central foram chamadas de Antilhas mas a região

* Professor Adjunto de Economia da UFRPE

acabou sendo denominada Caribe em homenagem aos povos que habitavam não apenas várias daquelas ilhas mas também as costas da parte norte da América do Sul.

Os países que compõem a América do Norte são o Canadá, os Estados Unidos e o México; a América Central é composta por Belize, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá. As ilhas do Caribe, sendo muito numerosas, nunca são citadas de modo exaustivo, destacando-se apenas os países que estão ali situados e algumas que, mesmo não sendo independentes, são mundialmente conhecidas. Assim, cabe aqui relacionar: Cuba, Haiti, República Dominicana, (esses dois últimos dividem a ilha denominada Hispaniola, por Cristóvão Colombo); Jamaica, Antigua e Barbuda, Dominica, Granada, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, Anguila, Antilhas Neerlandesas, Aruba, Porto Rico, Bahamas, Cayman, Virgens dos Estados Unidos e Virgens Britânicas, Martinica, Barbados, Trinidad e Tobago, Guadalupe, Grenadinas, São Vicente, Monserrat e outras menos importantes. A América do Sul compreende: Venezuela, Colômbia, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil.

A expressão América Latina surgiu bem mais tarde, criando freqüentemente algumas dificuldades quando se pergunta quais são os países que dela fazem parte. À primeira vista, todos os países onde se fala uma língua latina, nas Américas, estariam aí incluídos. Basta lembrar, no entanto, a província canadense do Québec, onde se fala Francês, para perceber que o assunto não é tão simples assim, pois o Canadá nunca é considerado país latino-americano, a não ser, estranhamente, no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (verbete latino-americano). Québec, onde o movimento separatista já perdeu dois plebiscitos, poderá, um dia, ser independente. Assim mesmo, não teria sentido considerá-lo um país latino-americano. Os comentários em torno desta questão, por alguns autores, são bastante interessantes.

O historiador Victor Bulmer-Thomas, em seu livro *La Historia Económica de América Latina desde la Independencia*, citando Bushnell e Macaulay, acredita que a expressão foi usada pela primeira vez por um colombiano:

La expresión América Latina, al parecer cuñada en 1856 por el colombiano José María Caicedo, al principio tuvo una importancia casi exclusivamente geográfica: se refería a todos los países independientes, al sur del río Grande, en que se hablaba, predominantemente, un idioma derivado del latín (español, portugués, francés).

Manuel Correia de Andrade, em *O Brasil e a América Latina*, diz:

É comum se identificar América Latina com atraso tecnológico, com pobreza e com dominação estrangeira, mesmo após a independência política de alguns países. Por isto se considera como tal todo o território da América colonizado por espanhóis, portugueses e franceses, que não integra os países ditos saxônicos – os Estados Unidos e o Canadá. Assim, a fronteira entre os Estados Unidos e o México, simbolizada pelo rio Grande, seria o limite da América Latina. Todos os territórios situados ao sul desta fronteira formariam a América Latina, tanto a sua porção continental como as ilhas.

Como se vê, Manuel Correia de Andrade já introduz algum sentido político, associando América Latina a pobreza e dominação estrangeira. Esta conotação aparece mais fortemente ainda nos dois seguintes autores.

Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina*, denuncia:

Na caminhada, até perdemos o direito de chamarmos americanos, ainda que os haitianos e os cubanos já aparecessem na História como povos novos, um século antes de os peregrinos de Mayflower se estabelecerem nas costas de Plymouth. Agora, a América é, para o mundo, nada mais que os Estados Unidos: nós habitamos, no máximo, numa sub-América, numa América de segunda classe, de nebulosa identificação. É a América Latina, a região das veias abertas.

Hélio Jaguaribe, em *Crises e Alternativas da América Latina*, também atribui aos Estados Unidos e aos preconceitos ali reinantes a origem da expressão:

A origem da expressão América Latina é alheia à própria América Latina e procede do desejo étnico dos Estados Unidos de diferenciar a sua própria América da de seus vizinhos do Sul.

Na verdade, creio eu, quem criou a expressão América Latina, estava querendo criar uma categoria que abrangesse os países que apresentavam problemas econômicos comuns que podiam ser resumidos em atraso ou subdesenvolvimento, em contraste com os Estados Unidos e o Canadá. Além disso, o que havia de comum, entre quase todos esses países e pequenos territórios sem independência era a língua, o Espanhol. O Brasil, como grande exceção, não podia ficar fora e assim se impôs, em vez de América Espanhola, América Latina que abrangia não apenas a exceção brasileira, mas, também, o Haiti, de fala francesa. Apesar de todos esses cuidados, restaram pequenos problemas como sempre acontece quando tentamos encaixar a realidade em nossos escaninhos mentais. É o caso de algumas Antilhas e territórios situados ao norte da América do Sul, pobres, atrasados, onde não se fala nenhuma língua latina. Forçosamente, ficaram de fora.

Que diz a CEPAL?

Seja como for, para certos efeitos práticos é importante saber quais são, afinal, os países que devemos ter em mente quando falamos sobre a América Latina. Para obtermos dados estatísticos, por exemplo, recorreremos às publicações da Cepal, visto ser este o órgão criado pela ONU especificamente para estudar e propor soluções para os problemas econômicos da região. Nas publicações da Cepal, todavia, vamos encontrar algumas surpresas. Em primeiro lugar, as tabelas nunca apresentam uma lista completa dos países e territórios, o que é compreensível, já que não há dados disponíveis para todos. Por ordem alfabética, são os seguintes os países mais comumente citados:

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Nessa lista há uma ausência que chama atenção: Cuba. Por que a famosa ilha não aparece na maioria das tabelas da Cepal? Porque nem sempre os dados produzidos por Cuba são compatíveis com aqueles produzidos pelos demais países pois o sistema cubano de estatística sofreu influência dos conceitos econômicos socialistas. É bom lembrar que Cuba é membro oficial da Cepal desde a criação deste órgão pela ONU, mediante a resolução 106 do seu Conselho Econômico e Social, em 25/2/1942.

À medida que a Cepal foi demonstrando sua importância como instituição de apoio aos governos, por meio de estudos, pesquisas, assessoria e formação de pessoal, foi ficando evidente que sua atuação não podia se restringir aos países de língua latina. Afinal, a língua não seria um critério suficiente para discriminar nenhum país ou território da América pobre dos benefícios dos trabalhos da Cepal. A solução veio mediante a resolução 1984/67, de 27/7/84: daquele dia em diante, a Cepal passou a chamar-se Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e não apenas “para a América Latina”, como se chamava até então. Doravante, além dos países acima mencionados, aparecem nas tabelas: Antigua e Barbuda, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Saint Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Suriname e Trinidad e Tobago.

A numerosa lista de nomes citados até aqui já chama atenção para a fragmentação do território situado abaixo do México, particularmente da América Central; na América do Sul, com exceção do Brasil e da Argentina, todos (Suriname, Guiana, Guiana Francesa, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Paraguai, Chile e Uruguai) têm menos de 1.300.000 km². Simón Bolívar morreu em 1830, aos 47 anos, com a certeza de que seu projeto de formação de um grande país ou, pelo menos, de uma confederação que evitasse a fragmentação era fundamental para a constituição de um estado forte e independente. Tinha toda razão. Hoje, apenas o México, o Brasil e a Argentina têm mercado de dimensões compatíveis com a escala de produção das grandes empresas e, dos três, o Brasil é o que tem o maior e mais completo parque industrial justamente por ter um grande território e uma grande população.

De certo modo, a figura legendária de Raúl Prebisch, economista argentino fundador da Cepal, tem semelhança com Bolívar. Percebendo a importância das dimensões do mercado para a industrialização, Prebisch, já nos anos 1950, propôs mecanismos de integração entre todos os países da América Latina como única forma de evitar as dificuldades decorrentes da fragmentação que Bolívar tentou evitar. Daí até hoje, uma longa história de esforços de integração vem sendo construída. Vale a pena conhecer, ainda que resumidamente, os passos dessa história para que sua importância seja bem compreendida.

A integração

O processo teve início nos últimos anos do decênio de 1950, quando a Cepal defendeu a idéia de que a integração econômica era indispensável à industrialização dos países latino-americanos. Os governos aceitavam a idéia, mas, na prática, não havia disposição para adotar as medidas que levariam à criação de uma zona de livre comércio. Pouco a pouco, no entanto, os argumentos da Cepal foram convencendo os governos dos maiores países, e os líderes empresariais, das vantagens da redução ou da eliminação das tarifas alfandegárias no comércio entre os membros do bloco. Na verdade, o comércio entre esses países vinha diminuindo. De 11% do comércio total da região em 1953-1955, caiu para 6% em 1961. O esforço da Cepal foi recompensado com a assinatura do Tratado de Montevidéu em 1960, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) por sete países, número que aumentou para onze em poucos anos e chegou a compreender todos os países de fala espanhola da América do Sul, mais o Brasil e o México. O tratado propunha a criação de uma área de livre comércio no prazo de doze anos. Apesar de todas as dificuldades que a Alalc encontrou até ser substituída por uma outra associação (a Aladi), o percentual do comércio intra-regional em relação ao comércio total duplicou, passando de 10% em 1962-1964 a 20% em 1979-1981.

A Aladi, Associação Latino-Americana de Integração, foi criada em 1980, em substituição à Alalc, como forma de tornar mais realistas os objetivos, as metas e os mecanismos de integração. Uma

maior flexibilidade deixou os governos mais à vontade para assumir compromissos de acordo com as condições particulares de cada país. Embora a América Latina em seu conjunto fosse uma grande região pobre, já era evidente a diferença entre os países. Essa diferença, que se traduz no grau de industrialização, na disponibilidade de infraestrutura, no tamanho do mercado, no valor das tarifas aduaneiras, na estabilidade da moeda etc, impede que os países se integrem no mesmo ritmo e em todos os setores da economia ao mesmo tempo. Assim, a Aladi vem cumprindo sua missão, passo a passo, com altos e baixos, podendo atualmente apresentar como resultado concreto de sua atuação, o avanço do processo de integração através da consolidação de vários blocos que surgiram a partir das idéias de integração defendidas e difundidas pela Cepal. Esses blocos (Comunidade Andina, Mercado Comum Centro-Americano, Comunidade do Caribe e Mercado Comum do Sul) não podem ser vistos como a realização do sonho de Simón Bolívar mas, certamente, como uma forma de reduzir os efeitos danosos da fragmentação do território. Vista desse modo, a integração, além de estimular o comércio e o crescimento econômico, cria condições mais favoráveis para as relações com outros países ou blocos mais fortes, onde estão sediadas as matrizes das multinacionais.

Os blocos

A composição dos blocos citados tem se alterado um pouco ao longo de sua história. Atualmente é a seguinte:

a) *Grupo Andino, Pacto Andino ou Comunidade Andina (CAN)*

Criado em 1968, mediante o Acordo de Cartagena, reúne a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia e o Equador. O Chile, inicialmente, fazia parte do Grupo mas retirou-se, em 1976, em função das profundas mudanças decorrentes da implantação da ditadura militar, e de divergências quanto ao tratamento a ser dado ao capital estrangeiro. Embora seja dos blocos mais antigos, o Grupo Andino tem sofrido os efeitos das turbulências políticas ocorridas em seus países, o que determina o descumprimento de metas e a reforma de

acordos assinados. Mesmo assim, em alguns períodos, como o da década de 1970, os efeitos da integração foram altamente positivos. Por exemplo, as exportações de manufaturas entre os países do bloco cresceram a uma taxa anual de 24%. E na década de 1990, o avanço das negociações permite dizer que a Comunidade Andina, juntamente com o Mercosul, são os dois blocos mais próximos dos objetivos inicialmente fixados.

b) Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)

O desejo de integração entre os países da América Central sempre foi mais forte que no resto da América Latina em função da pequena dimensão dos territórios nacionais. Desde a década de 1950, algumas iniciativas foram tomadas dando início a um processo que de um lado, enfrentou enormes obstáculos políticos e econômicos e, de outro, tornou-se uma obsessão das autoridades daqueles países.

Já em 1951, foi criado o Comitê de Cooperação Econômica Centro-Americana e, em 1958, foi redigido o Tratado Multilateral de Livre Comércio e Integração Econômica. Mas o passo mais importante foi dado com a assinatura, em 1960, do Tratado Geral de Integração da América Central, reunindo El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e (em 1963) Costa Rica.

Mas o conflito entre El Salvador e Honduras em 1969 (a “guerra do futebol”); a revolução sandinista na Nicarágua e seus desdobramentos, com a atuação dos “contras” a partir de El Salvador e Honduras com o apoio do governo norte-americano; o confronto entre os grupos guerrilheiros e os grupos de direita apoiados pelos militares na Guatemala; além dos golpes de Estado comuns na região; todos esses fatores causaram interrupções e atrasos no processo de integração.

Também no nível econômico, muitos obstáculos têm impedido um avanço mais rápido desse processo. A inflação, as desvalorizações das moedas, as medidas protecionistas, as crises do setor externo, e a dívida externa são apenas alguns dos obstáculos mais comuns. Mesmo assim, vários organismos têm sido criados e reformados sucessivas vezes, atendendo às novas circunstâncias que se apresentam. Atualmente, o processo de integração é conduzido pelo Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), criado em 1991 e posto em

marcha em 1993, reunindo El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.

c) *Comunidade do Caribe (CARICOM)*

Da mesma forma que a América Central, os pequenos países do Caribe sempre demonstraram grande interesse pela integração como o caminho para superar suas dificuldades econômicas. Fazem parte da Caricom: Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago, Antigua, Belize, Dominica, Granada, Monserrat, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Bahamas, Suriname, República Dominicana, Haiti, Anguila, Ilhas Virgens Britânicas, Turcos e Caicos. O processo começou com a criação da Associação Caribenha de Livre Comércio (Carifta), em 1968.

Para aprofundar a integração, os governos reuniram-se em 1973 e, mediante o Tratado de Chaguaramas, criaram a Comunidade do Caribe (Caricom), com objetivos mais amplos que o livre comércio, incluindo a cooperação em outras áreas como agricultura, energia, transporte, saúde, educação e outras. A crise dos anos 1980, como nos demais blocos econômicos, causou danos ao programa estabelecido no Tratado mas um grande esforço vem sendo feito para consolidar as metas atingidas e avançar em outros assuntos. Embora os objetivos nunca tenham sido inteiramente alcançados, várias datas já foram fixadas e adiadas para a construção de um mercado comum, a fixação de uma tarifa externa comum, a livre movimentação de pessoas e de capital e adoção de uma moeda comum.

d) *Mercado Comum do Sul (Mercosul)*

Pelo Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai criaram o Mercado Comum do Sul – o Mercosul. De todos os blocos formados até hoje na América Latina, este é o que apresenta as maiores cifras. Constitui um mercado de 212 milhões de habitantes (44% da população da América Latina); um Produto Bruto Interno de 910 bilhões de dólares (50% do total) e uma área de 11.910.000 km² (59%). Nenhum outro bloco avançou tanto e tão rapidamente quanto o Mercosul em matéria de integração. O comércio entre os países do bloco passou de US\$3,6 bilhões em

1991 para US\$12,8 bilhões em 1995, o que representa um crescimento de 255%. Mais que nada, contribuiu para este resultado a eliminação das tarifas aduaneiras entre os membros do grupo.

Além do livre comércio, o Mercosul possibilitou a criação de uma Tarifa Externa Comum a partir de 31 de dezembro de 1994, ou seja, a importação de produtos provenientes de qualquer país fora do Mercosul para qualquer país do bloco está sujeita à mesma tarifa (14%). Esses dois mecanismos caracterizam o Mercosul como uma União Aduaneira. Para tornar-se um mercado comum, o grupo precisa ainda pôr em prática a coordenação das políticas macroeconômicas, a livre circulação de trabalhadores e a livre circulação de capital. A proposta de uma moeda única já foi discutida algumas vezes mas tudo indica que está longe de ser aprovada. A última referência a este assunto foi feita pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da reunião de Florianópolis em dezembro de 2000.

O êxito alcançado na década de 1990 parece ameaçado pelos acontecimentos recentes que foram amplamente debatidos na referida reunião. A desvalorização do real ocorrida no final de 1999; a crise da Argentina em 2000, em parte decorrente da desvalorização do real, e a aproximação entre o Chile e o bloco formado pelos Estados Unidos, Canadá e México – Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) – reduziram as expectativas para o futuro próximo. No entanto, dado o grau de compromisso não só entre os governos mas entre as empresas dos quatro países, a integração parece um caminho sem volta.

O papel do Brasil é da maior importância, como líder do grupo e como, de longe, a maior economia. Ironicamente, uma das vantagens da formação dos blocos de países – o reforço da posição que ocupam nas negociações com países mais ricos, no caso, os Estados Unidos – está sendo minada pela mudança aparente da atitude do Governo norte-americano em favor da integração. Primeiro, formando o Nafta e, depois, na reunião de dezembro de 1994, em Miami, com a presença de representantes dos 34 países do continente americano (com exceção de Cuba), propondo a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Algumas das vantagens apresentadas são o reforço da posição do Continente frente à União Européia e o acesso dos 34 países ao gigantesco mercado americano. A primeira é do interesse sobretudo dos próprios Estados Unidos e a segunda interessa particularmente

aos países menores da América Latina que não podem sonhar com a construção de um grande parque industrial como o do Brasil. Desse modo, a posição do Governo brasileiro, tentando adiar a criação da Alca, é perfeitamente compreensível. O ideal para o Brasil seria o avanço e a consolidação do Mercosul e até mesmo a criação de uma Área de Livre Comércio da América do Sul, sonho acalentado pelo Itamaraty. Formada esta “Alcas”, sob a liderança do Brasil, toda a América do Sul teria condições muito melhores de participar das discussões para a criação da Alca sem ceder às pressões dos Estados Unidos, tão comuns quando se trata de comércio exterior.

Os quatro blocos descritos conformam o novo mapa da América Latina. O México, pela proximidade dos Estados Unidos, foi atraído para o Nafta, e o Chile, onde está a sede da Cepal, instituição em que nasceu e se desenvolveu a idéia da integração latino-americana, nunca fez parte efetivamente de nenhum desses blocos. Entrou e saiu da Comunidade Andina, participa das reuniões do Mercosul apenas como um sócio especial nas condições definidas pela Decisão Nº 12/97 do Conselho do Mercosul e agora negocia um tratado bilateral com os Estados Unidos.

Embora seja inevitável a associação de idéias entre a formação desses blocos e o sonho de Simón Bolívar, é cedo para avaliar os efeitos da integração na América Latina que é um processo que traz quase sempre mais benefícios para os países maiores e economicamente mais fortes. Se o Brasil julga que a Alca interessa mais aos Estados Unidos que ao resto dos países, o Paraguai, o Uruguai e até a Argentina vêem o Mercosul como um acordo que interessa mais ao Brasil que a eles próprios. Mesmo assim, no entanto, o isolamento não é uma saída. Os blocos econômicos fazem parte do cenário econômico mundial de hoje e o que se discute é a forma especial de participação de cada país. De certo modo, hoje é muito mais fácil encontrar soluções para essas questões pois a longa história da União Européia produziu um grande acervo de conhecimento em matéria de integração econômica, política e até monetária. Por outro lado, a integração bem conduzida pode reduzir as diferenças entre as economias dos países que participam dos blocos e, assim, criar condições para que o processo traga igualmente benefícios para todos.

Bibliografia

BULMER-THOMAS, v. (1998) *La Historia Económica de América Latina desde la Independencia*. México: D.F., Fondo de Cultura Económica.

ANDRADE, M. C. (1999). *O Brasil e a América Latina*. São Paulo, Contexto.

GALEANO, E. (2000). *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.

JAGUARIBE, H. (1976). *Crises e alternativas da América Latina*. São Paulo: Perspectiva.

Consultas pela INTERNET

www.aladi.org

www.comunidadandina.org

www.caricom.org

www.sicanet.org.sv

www.mercosul.org

www.cepal.org